Este plano foi elaborado pelo coordenador Raélisson de Oliveira Santos

PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA
DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
- PLAMCON –

Processos Geológicos, Hidrológicos, Climatológicos e Meteorológicos.

VERSÃO 1
23/01/2020

EXEMPLAR PERTENCENTE À COMPDEC

CERRO NEGRO - SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO

COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Ademilson Conrado
Prefeito do Município de Cerro Negro

Adelar José de Morais
Vice-Prefeito de Cerro Negro

Raélisson de Oliveira Santos

Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 5

1.1 - Documento de Aprovação 5
1.2 - Página de Assinaturas 6
1.3 - Registro de Alterações 7
1.4 - Registro de Cópias Distribuídas 8

2. O MUNICÍPIO 9

2.1 - Geografia 9
2.2 - População 9
2.3 - Históricos de Desastres 9

3. DESASTRES 10

3.1 - Tipos de Desastres 10
3.2 - Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública 11
3.3 - Cenários de Risco 12
3.4 - Rotas de Fuga 21
3.5 - Abrigos 24
3.6 - Pressupostos do Planejamento 28

4. PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA DA BARRAGEM DE GARIBALDI 28

4.1 - Informações Gerais da Barragem 28
4.2 - Níveis de Resposta em Situação de Emergência 31
4.3 - Notificações em Situação de Emergência 32
4.4 - Zona de Autossalvamento e Sistema de Notificação e Alerta 33
4.5 - Caracterização do Vale a Jusante 34

5. OPERAÇÃO 35

5.1 - Critérios e Autoridade 37
5.2 - Procedimento 37

6. DESMOBILIZAÇÃO 38

6.1 - Critérios e Autoridade 38
6.2 - Procedimento 38

7. ETAPAS **39**

7.1 - Pré- Impacto 39
7.2 - Ações Iniciais pós-desastre 40
7.3 - Resposta ao Desastre 41
7.4 - Reabilitação de Cenários 41
7.5 - Desmobilização 42

8. ATRIBUIÇÕES **42**

8.1 - Atribuições Gerais 41

9. A COORDENAÇÃO **43**

9.1 - Modelo 43
9.2 - Estruturas Organizacional de Resposta 43
9.3 - Comando 44
9.4 - Assessoria do Comando 44
9.5 - Seções Principais 45
9.6 - Seção de planejamento 45
9.7 - Seção de operações 45
9.8 - Seção de logística 46
9.9 - Seção de finanças 47

10. PROTOCOLO DE COORDENAÇÃO **47**

1.3 – Documento de Aprovação

O presente Plano foi elaborado pelo coordenador da Defesa Civil e aprovado pelos órgãos e instituições integrantes do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil de Cerro Negro-SC, identificados no GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS (GRAC), os quais assumem o compromisso de atuar de acordo com a competência que lhes é conferida.

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC, estabelecida por meio da Lei 12.608, prevê que as ações de proteção e defesa civil sejam organizadas pelas ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Assim, para cada uma delas há responsabilidades específicas, ao mesmo tempo em que se considera que façam parte de uma gestão sistêmica e contínua.
O conjunto dessas ações é um processo contínuo, integrado, permanente e interdependente.

O PLAMCON foi elaborado para ser aplicado nos perímetros urbano ou rural do município de Cerro Negro e para sua efetiva aplicação, deverão ser utilizadas as instalações e percursos explicitamente considerados no planejamento.

1.2 – GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS (GRAC)

NOME	Função/Nome	ASSINATURA
Prefeitura Municipal	**Prefeito:** Adelar José de Morais	
Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil	**Coordenador:** Raélisson Oliveira Santos	
Policia Militar	**Comandante:** Nilson Martins	
Policia Civil	**Delegado:** Léo Milkievisk	
Secretário de Administração	**Secretário:** Dieckson Felipe Camargo	
Secretário de Finanças	**Secretário:** Fabiano Mocelim	
Secretaria Municipal de Assistência Social	**Secretária:** Dariani Arruda Rossi	
Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos	**Secretário:** Rodrigo Fernando de Souza	
Secretaria Municipal de Agricultura	**Secretário:** Antonio Borges Maia	
Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental e Meio Ambiente	**Secretário:** Armando Albuquerque Raithz	
Secretaria de Educação Cultura e Turismo	**Secretária:** Cristiane Tres dos Santos	
Secretaria da Saúde	**Secretário:** Eloise de Jesus Vanin	
Câmara Municipal de Vereadores	**Presidente:** Flavia de Morais	
Epagri	Naor Brandão	
Celesc	Gladimir Geremias	
Casan	Leandro Teles de Souza	
Radio Sul FM	Camila Francine Duarte	
Bombeiro Voluntário de Campo Belo do Sul	Fábio Júnior Ribeiro de Oliveira	
Engenheiro Agrônomo	Carlos Alberto Ostrowski	
IML	Luiz Carlos Raichert	
Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente	Ronildo Matheus dos Santos	
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Vasco Brunetta	
Sindicato dos Servidores Públicos	Margarete Martins de Jesus	

1.3 – REGISTRO DE ALTERAÇÕES

DATA	ALTERAÇÃO	OBSERVAÇÃO
13/02/2020	Versão inicial – v.1	1° Documento com 41 páginas
27/10/2020	Versão revisada – V.2.0	1° Atualização com 47 páginas
12/01/2021	Versão revisada – V.2.1	2° Atualização com 47 páginas
23/02/2022	Versão revisada – V.2.2	3° Atualização com 47 páginas
23/01/2023	Versão revisada – V.2.3	4° Atualização com 48 páginas
15/03/2024	Versão revisada – V.2.4	5° Atualização com 48 páginas
15/08/2025	Versão revisada – V.2.5	6° Atualização com 48 páginas

1.4 – REGISTRO DE CÓPIAS DISTRIBUÍDAS

NÚMERO	ÓRGÃO	DATA	ASSINATURA
1	Prefeitura Municipal – Gabinete do Prefeito		
2	Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil		
3	Secretaria da Assistência Social		
4	Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos		
5	Secretaria Municipal de Agricultura		
6	Secretaria de Educação Cultura e Turismo		
7	Secretaria da Saúde		
8	Câmara Municipal de Vereadores		
9	EPAGRI		
10	Sindicato dos Trabalhadores		
11	Policia Civil		
12	Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente		
13	Sindicato dos Servidores Públicos		

2. - O MUNICIPIO

2.1 - GEOGRAFIA

Cerro Negro é um município brasileiro do estado de Santa Catarina. Localiza-se a uma latitude 27º47'43"sul e a uma longitude 50º52'33" oeste, estando a uma altitude de 996 metros.

O município de Cerro Negro/SC situa-se no meio oeste catarinense. Ocupação urbana estende-se em relevo de planaltos dissecados e morros, cortado por pequenas sangas na zona urbana do município e no interior por rios, pertencentes a Bacia Hidrográfica do Rio Canoas, quando ocorre indicies pluviométricos elevados neste município, ocorre inundações em uma sanga na sede do município e no lajeado dos Beneditos na comunidade homônima na zona rural, ocasionalmente atingindo as moradias, o aumento populacional está migrando aos poucos as ocupações para as encostas de declividade moderadas, e com isso, algumas áreas estão sendo ocupadas com método construtivo do tipo corte/aterro, o solo na região é resultado da alteração das rochas vulcânicas do Grupo Serra Geral, e estão sujeitos a movimentos de massa.

O período mais chuvoso e frio se estende de Abril a setembro, e o mais seco e quente vai de outubro a março.

2.2 – POPULAÇÃO

De acordo com um levantamento publicado pelo IBGE em 2010, a população estimada no último censo é de 3.581 pessoas.

A base da economia do município é Agricultura e Pecuária e também conta com outras diversidades.

2.3 - HISTÓRICO DE DESASTRES

O último grande desastre registrado no município ocorreu no dia 06 de junho de 2017, onde houve intensas chuvas e consequentemente o alagamento de inúmeras áreas, com isso estradas e pontes foram bastante afetadas que trouxe uma extrema fragilidade na infraestrutura do município. Considerando que 80% população foi afetada sem

vítimas agravantes apenas uma família foi retirada de sua moradia que se encontrava em área de risco.

3. - DESASTRES

3.1 - TIPOS DE DESASTRES

Existem inúmeros tipos de desastres sendo eles Geológico, Hidrológico, Meteorológico ou Climatológico, de acordo com a Codificação Brasileira de Desastres, entretanto, entre eles podemos destacar alguns tipos mais recorrentes que são identificados em nossa região e municípios vizinhos nos períodos chuvosos e períodos de estiagem.

ENXURRADA

Geralmente causadas por tempestades intensas, estes eventos podem durar minutos ou horas, dependendo da intensidade e da duração da chuva, da topografia, das condições do solo e da cobertura do solo.

ALAGAMENTO

Extrapolação da capacidade de escoamento de sistemas de drenagem urbana e consequente acúmulo de água em ruas, calçadas ou outras infraestruturas urbanas, em decorrência de precipitações intensas.

ESTIAGEM

A estiagem é um fenômeno climático causado pela insuficiência de precipitação pluviométrica, ou chuva em uma determinada região por um período de tempo muito grande.

GRANIZO

Granizo é a forma de precipitação que consiste na queda de pedaços irregulares de gelo, comumente chamados de pedras de granizo. Essas

pedras, na Terra, são compostas por água no estado sólido e medem entre 5 e 200 mm de diâmetro.

VENDAVAL

São perturbações marcantes no estado normal da atmosfera. Deslocamento violento de uma massa de ar, de uma área de alta pressão para outra de baixa pressão.

*Os **vendavais**, também chamados de ventos muito duros, correspondem ao número 10 na escala de Beaufort, compreendendo ventos cujas velocidades variam entre 88 a 102 km/h.*

3.2 - SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

De acordo com o Ministério da Integração Nacional.

Situação de Emergência: é o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, provocada por desastres, causando danos insuperáveis pela comunidade afetada.

Estado de calamidade pública: o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, provocada por desastres, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

São três os níveis de desastres, quanto à intensidade: **nível I** – **pequena intensidade**; **nível II** – **média intensidade**; e **nível III** – **grande intensidade.**

Os desastres de **nível I** e **II** ensejam a decretação de **situação de emergência**, enquanto os desastres de **nível III**, a de estado de **calamidade pública.**

Nível I: há somente danos humanos consideráveis e que a situação de normalidade pode ser restabelecida com os recursos mobilizados em nível local ou complementados com o aporte de recursos estaduais e federais.

Nível II: os danos e prejuízos são suportáveis e superáveis pelos governos locais e a situação de normalidade pode ser restabelecida com os recursos mobilizados em nível local ou complementados com o aporte de recursos estaduais e federais.

Nível III: os danos e prejuízos não são superáveis e suportáveis pelos governos locais e o restabelecimento da situação de normalidade depende da mobilização e da ação coordenada das três esferas de atuação SINPDEC e, em alguns casos, de ajuda internacional.

3.3 - CENÁRIOS DE RISCO

• Cenários de Alto risco

Setor 1



Legenda: Moradias nas margens de uma sanga no setor 01

Processos: Enchente, inundação e erosão fluvial.



Legenda: Nível de inundação em 2017, última cheia da sanga.

Processos: Enchente, inundação e erosão fluvial.



Legenda: Bueiros de canalização da sanga na Rua Erdenante Antunes Vaz.

Processos: Enchente, inundação e erosão fluvial.

Setor 2



Legenda: Muro de pedras destruído em chuvas em janeiro de 2018 no setor 2.

Processos: Enxurrada e deslizamento planar

.



Legenda: Edifício atingido por enxurrada em janeiro de 2018, situado no setor 2.

Processos: Enxurrada e deslizamento planar.

Setor 3



Legenda: Lajeado dos Beneditos atrás da moradia, já erodiu o pátio dos fundos da moradia.

Processos: Enchente, inundação e erosão fluvial.



Legenda: Região situada no setor 3 atingida em eventos hidrológicos elevados.

Processos: Enchente, inundação e erosão fluvial.

Setor 4



Legenda: Fundos do pátio da escola municipal situada no setor 4 próximo ao lajeado dos Beneditos.

Processos: Inundação brusca.



Legenda: Moradia situada no setor SC_CERRONE_SR_4_CPRM.

Processos: Inundação brusca.

• **Cenário de Risco médio**





Durante a vistoria de campo que foi realizado no dia 28 de fevereiro de 2018, além dos pontos setorizados de risco alto e muito alto foi vistoriada uma área com risco médio no município de Cerro Negro/SC.

A área avaliada com grau de risco médio situa-se no Bairro Antônio José de Matos na continuação da sanga do setor SC_CERRONE_SR_1_CPRM.

E antigamente em fortes chuvas no final das ruas Cecílio Antônio Varela e Antenor Varela Ubaldo algumas moradias eram atingidas pela cheia e represamento da sanga. Atualmente na Rua Cecílio Antônio Varela foi afastada a sanga das moradias e aterrado a moradia mais baixa, Na Rua Antenor Varela Ubaldo, segundo o morador, a prefeitura realizou o processo de mitigação e nas últimas cheias, as águas atingiram apenas um gramado ao lado da moradia.

O município de Cerro Negro foi setorizado pela equipe técnica da SUREG-PA, no ano de 2018, onde foram identificados 4 setores de risco alto e 1 setor de risco médio para processos hidrológicos e de movimento de massa.

Este fato é resultado da expansão da área urbana da cidade combinada com a geomorfologia da região. Nesse contexto, verifica-se que parte da cidade sofreu e ainda pode sofrer consequências de processos de estabilização de encostas e processos hidrológicos. Dessa forma, futuramente, o problema tende a se agravar caso o poder público não continue colocando em prática programas de fiscalização que dificultem o avanço da urbanização em áreas impróprias no município e que verifiquem os procedimentos de construção de novas moradias.

Dessa forma a população do município deve ser conscientizada das áreas de risco, especialmente os moradores que moram no bairro Antônio José de Matos e na comunidade de Vargem dos Beneditos.

É importante ressaltar que o presente relatório é de caráter informativo, sendo necessária a revisão constante destas áreas e de outras não indicadas, que podem ter seu grau de risco modificado. Isso significa que o grau de risco de determinada área delimitada (risco alto e muito alto) ou não (risco baixo e médio) em campo nesse momento pode se alterar no futuro. Uma área de grau de risco médio, por exemplo, que não foi alvo desse mapeamento, pode evoluir para grau de risco alto e muito alto a depender das transformações efetuadas sobre as encostas do município.



Quantidade de setores de risco: 04

Quantidade total de casas em risco: 12

Quantidade total de pessoas em risco: 82

Setor 01: 04 casas 32 pessoas

Setor 02: 01 casa 10 pessoas

Setor 03: 04 casas 20 pessoas

Setor 04: 03 casas 20 pessoas

OBS: A administração municipal com intuito de reduzir os riscos existentes e assim trazer mais tranquilidade as famílias que residem no local, fez obras de prevenção nos setores 1 e 2.

Em breve será feito outro estudo geográfico para saber se ainda existe algum risco nesses setores.

Setor 1





No setor 1 foi realizada a construção de uma galeria pluvial reduzindo assim os riscos que os moradores estavam expostos.

Setor 2





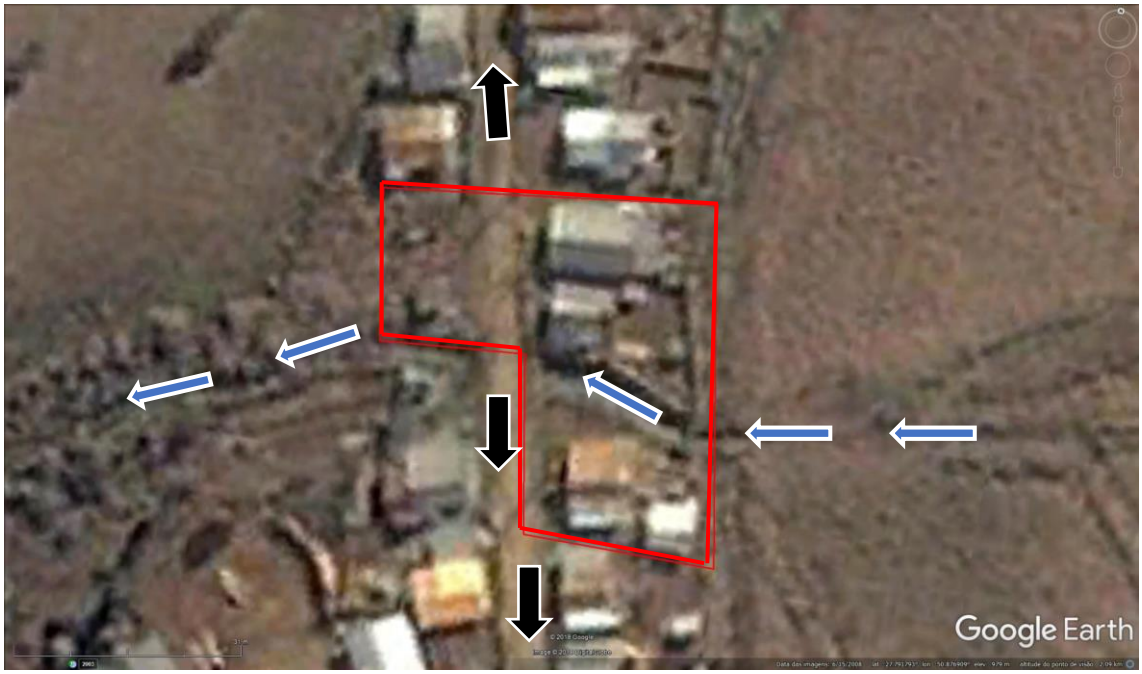
No setor 2 foi realizado uma revitalização da rampa da garagem e também a colocação de tubos em toda a rede até chegar o ponto de escoamento (boca de lobo) onde anteriormente os resíduos da agua eram descartados em contato direto com o solo exposto ao ar livre exposto sem nenhuma proteção.

No setor 3 foi feito ações para amenizar o risco de novas enchentes, ainda continua com alguns problemas e será feito uma nova avaliação para solucionar o problema.

3.4 - Rotas de Fuga

Rotas de fugas são percursos a serem seguidos pelas pessoas no caso de necessidade de evacuação do local em que se encontram, em função do desastre. A população tem que conhecer opções para realizar sua fuga para locais seguros. Todo o detalhamento e funcionamento das Rotas de Fuga para os abrigos e áreas de risco.

Setor 1



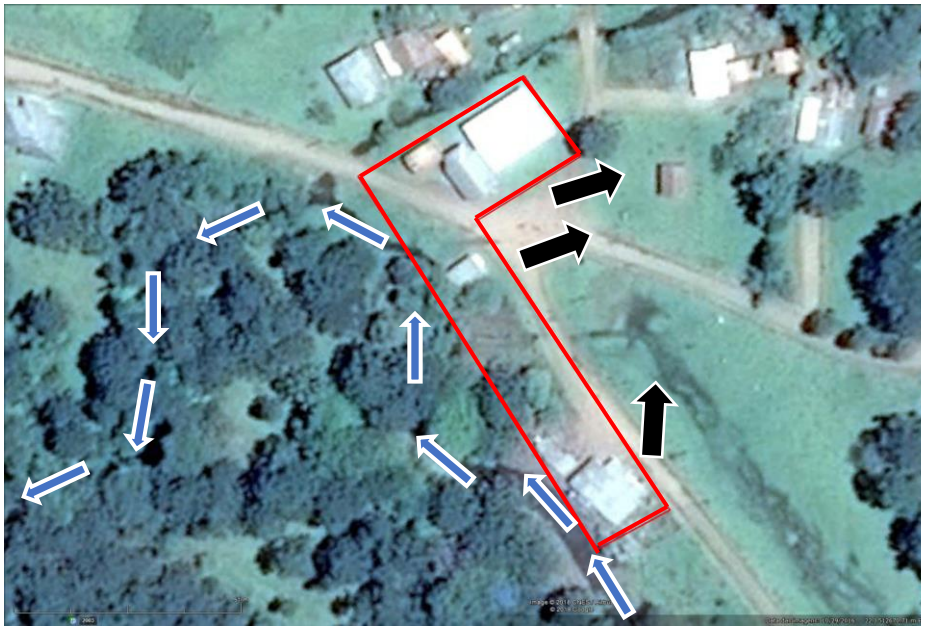
Legenda: Delimitação do setor de risco Sentido da Drenagem Rota de Fuga

Setor 2



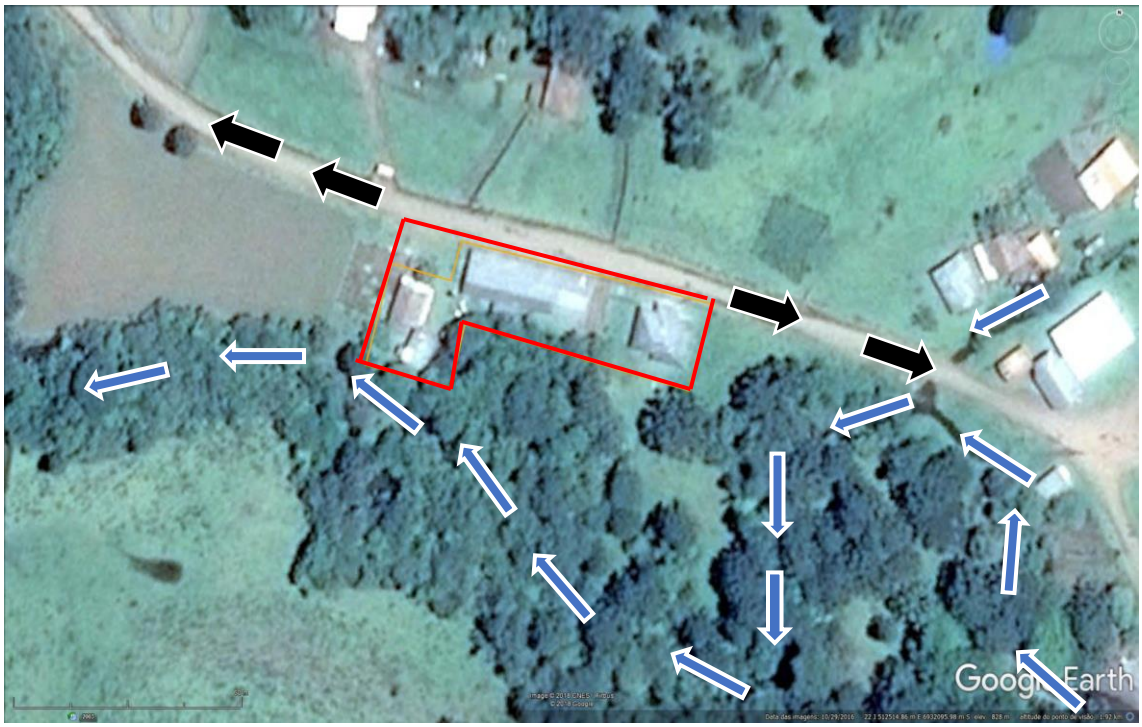
Legenda: Delimitação do setor movimento de massa; Sentido da Drenagem; sentido do Rota de Fuga

Setor 3



Legenda: Delimitação do setor de risco; Sentido da Drenagem; Rota de Fuga

Setor 4



Legenda: Delimitação do setor de risco Sentido da Drenagem Rota de Fuga

A rota de fuga do **setor 1** que fica no bairro Antônio José de Matos segue na rua Erdenante Antunes Vaz em direção ao Abrigo Principal, que fica localizado na rua Francisco Pucci Primo a 600 metros da área de risco.

A rota de fuga do **setor 2** que fica no bairro Centro, segue na rua Francisco Pucci Primo em direção ao Abrigo Principal, que fica localizado na mesma rua a 150 metros da área de risco

A rota de fuga do **setor 3** que fica na comunidade de Beneditos, segue em direção ao Abrigo principal, que fica localizado a 50 metros da área de risco

A rota de fuga do **setor 4** que fica na comunidade de Beneditos, segue em direção ao Abrigo principal que fica localizado a 200 metros da área de risco

Obs: Em casos mais graves no **setor 3 e 4** vai ser utilizado um Abrigo secundário com maior capacidade para melhor acomodamento das vítimas, que fica localizado na cidade de Cerro Negro a aproximadamente 12km das áreas de risco.

3.5 - Abrigos

O abrigo provisório tem por finalidade permitir o atendimento, durante um curto espaço de tempo das famílias que tiveram suas casas danificadas ou destruídas pelo desastre. No abrigo deverão ser oferecidas condições de proteção e sobrevivência, até que seja possível cada um voltar para a sua residência, ou ainda, outra alternativa é o aluguel social. Fica determinado que não vai ser utilizados como abrigos dependências de Escolas e Ginásios de Esportes.

Abrigo 1

Referência: Setor 1 e 2

Nome: Salão Paroquial São Francisco de Paula

Capacidade: 800 Pessoas

Endereço: Rua. Francisco Pucci Primo

Bairro: Centro

Responsável: Lindomar Borges

Telefone: 49 3258 0138





Abrigo 2

Referência: Setor 3 e 4

Nome: Igreja Brasil para Cristo

Capacidade: 40 Pessoas

Endereço: Comunidade. Beneditos

Responsável: José Ventura Cardoso

Telefone: 49 99931 2265





Abrigo 3

Referência: Todos os Setores

Nome: Centro De Eventos

Capacidade: 1000

Endereço: Rua. Hélio Francisco Pereira

Bairro: Centro

Responsável: Prefeitura Municipal

Telefone: 49 3258 0000

Obs: foi inserido um abrigo reserva caso haja algum problema com os abrigos principais. Esse abrigo vai ficar como referência para todos os setores caso necessário.


RAÉLISSON


REDMI NOTE 7
RAÉLISSON

3.6 - PRESSUPOSTOS DO PLANEJAMENTO

Para a utilização deste plano, admite-se que as seguintes condições e limitações estarão presentes. Vejamos:

A capacidade de resposta dos órgãos de emergência não sofre alterações significativas nos períodos noturnos, de feriados e de final de semana, enquanto os demais órgãos dependerão de um plano de chamada para sua mobilização nos períodos fora do horário comercial.

O tempo de mobilização de todos os órgãos envolvidos neste plano é de no máximo duas horas, independente do dia da semana e do horário do acionamento.

A mobilização dos órgãos estaduais de emergência ocorrerá em seis horas após ser autorizada.

O monitoramento deverá ser capaz de estabelecer as condições para um alerta indicando a possibilidade de ocorrências, não possui sistema de alerta para enxurradas e para deslizamentos de grande impacto, dependendo exclusivamente do monitoramento manual.

Desta forma não há tempo estimado para o alarme, necessitando que a população fique atenta a movimentação de massa nas proximidades de suas residências para deslizamentos.

Os sistemas de telefonia celular e rádio comunicação não serão afetados pelos eventos descritos nos cenários acidentais.

4. - PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA DA BARRAGEM DE GARIBALDI

4.1 - INFORMAÇÕES GERAIS DA BARRAGEM

Com uma área de drenagem equivalente a 13.064 km², no eixo da barragem da UHE Garibaldi, o aproveitamento encontra-se na divisa municipal entre Abdon Batista e Cerro Negro, ambos no Estado de Santa Catarina, nas coordenadas 27º37’29” de latitude sul e 50º59’02” de longitude oeste (Figura 1).

A UHE Garibaldi situa-se a, aproximadamente, 411 km da capital do estado, Florianópolis, via Lages, SC e passando por Campos Novos, SC. O principal acesso rodoviário ao aproveitamento hidrelétrico dá-se a partir das rodovias BR-282, SC-284 ou SC-452.

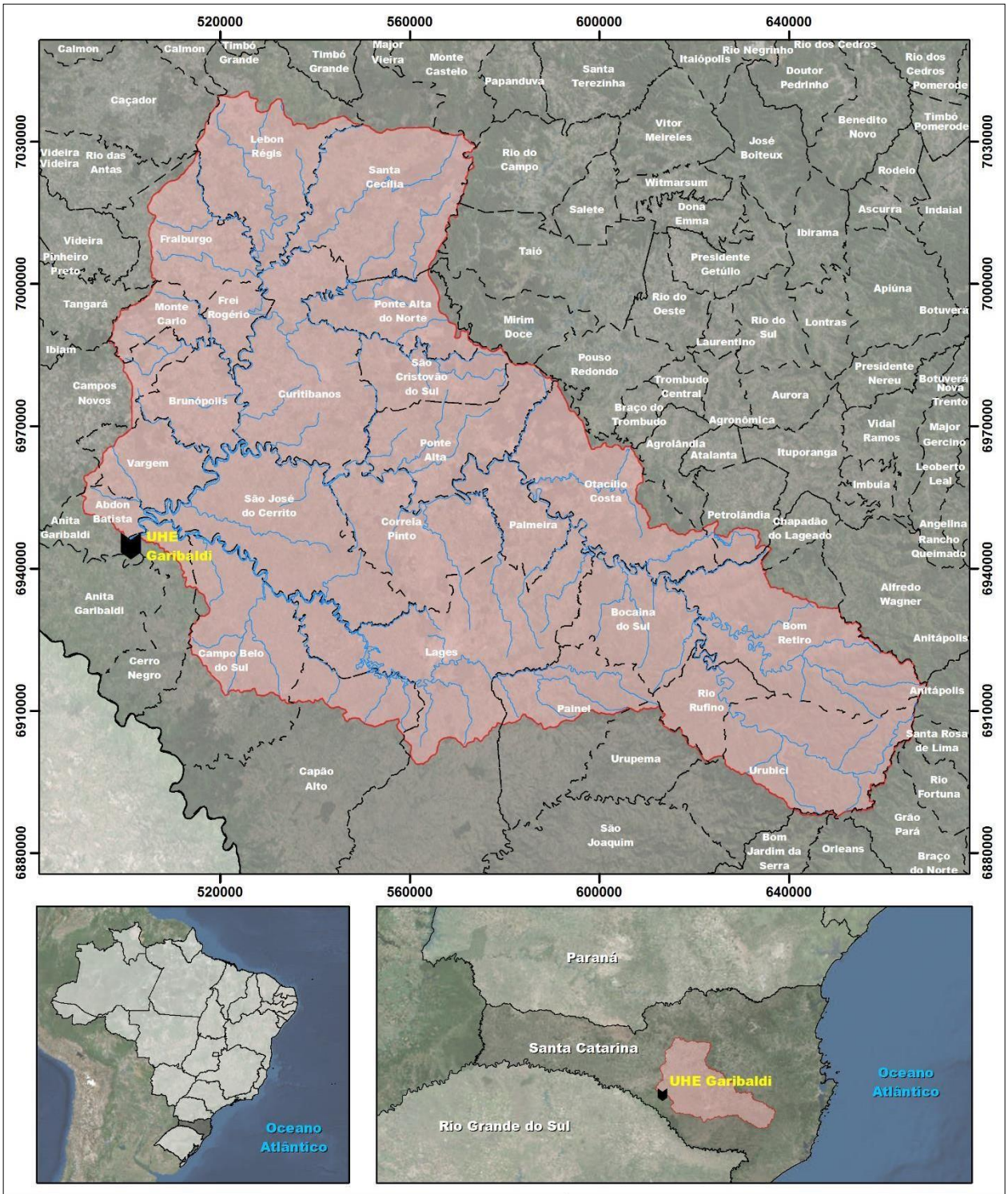
Partindo de Lages, através da BR-282, segue-se por, aproximadamente 117 km, passando por um trecho da BR-470, até as imediações do município de Campos Novos, SC. Próximo a cidade, deve-se permanecer à esquerda seguindo pela rodovia BR-470 no sentido (Zortéa,Capinzal e Piratuba).

Na BR-470, que faz o contorno no município de Campos Novos, segue-se até a intersecção rodoviária com a SC-284, na qual deve-se pegar o sentido a esquerda por cerca de 60 km, passando pela SC-452 até a rua Cassiano Zanchett, nas imediações do município de Abdon Batista, SC. Seguindo pela rua Cassiano Zanchett por, aproximadamente, 2 km, vira-se à direita e segue-se até o entroncamento de acesso à Casa de Força e barramento margem direita

.

O acesso à usina pela margem direita pode ser realizado, também, pela SC-452. Neste caso, partindo de Lajes, através da BR-282, segue-se por, aproximadamente, 87 km por esta rodovia até alcançar o cruzamento com a SC-452. Adentrada esta rodovia, deve-se percorrê- la por cerca de 23 km até à Casa de Força e barramento margem direita.

A UHE Garibaldi teve seu início de operação em 2013, com capacidade instalada de 191,90 MW. A Figura 5 apresenta seu arranjo geral, enquanto na Tabela 1 encontram-se as principais características do empreendimento.



Legenda

- Barramentos
- Limite Municipal
- Hidrografia
- Bacia Hidrográfica

Sistema de projeção: UTM Zona 22 S
Datum horizontal: SIRGAS 2000
km
0 5 10 20 30

MAPA DE LOCALIZAÇÃO

Execução: FRACTAL ENGENHARIA

Informações Adicionais: Escala hidrografia: 1:1.000.000
Fonte: ANA (2010)

4.2 - NÍVEIS DE RESPOSTA EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

A detecção de uma anomalia parte de um processo de observação da estrutura e de seus componentes, por meio de inspeções visuais e do monitoramento da instrumentação de auscultação da barragem.

A avaliação da mesma por parte da equipe interna da UHE Garibaldi visa caracterizar o tipo de situação identificada permitindo seu enquadramento em um dos quatro NÍVEIS DE RESPOSTA que nortearão as ações a serem adotadas.

As ações demandadas frente à identificação de uma anomalia na barragem da UHE Garibaldi serão efetuadas em função do NÍVEL DE RESPOSTA frente à situação observada.

Os níveis de resposta **NORMAL (NR-0)** e **ATENÇÃO (NR-1)** se referem às situações anômalas que **não comprometem a segurança imediata da barragem**, mas que demandam ações ditas preventivas de modo a evitar a evolução. **Tais situações são tratadas no âmbito interno da empresa e pelas respectivas áreas técnicas especializadas, não cabendo qualquer tipo de comunicação aos órgãos externos.**

Os níveis de **ALERTA (NR-2)** e **EMERGENCIA (NR-3)**, por se referirem às situações de potencial ruptura ou de ruptura iminente, ativam um processo de emergência na estrutura, exigindo o cumprimento do estabelecido neste PAE. O acionamento dos agentes externos (órgãos e autoridades públicas e dos representantes das comunidades a serem potencialmente atingidas pelo evento de ruptura) deverá ser feito, apenas, nos níveis de resposta **ALERTA (NR-2)** e **EMERGENCIA (NR-3)**, tal como explicita a **Seção IV**, a seguir.

Os critérios para o enquadramento do NÍVEL DE RESPOSTA são indicados no Quadro 5.

Quadro 5 - Classificação do nível de resposta (NR)[3]

NORMAL (NR-0)	Quando as anomalias encontradas não comprometem a segurança da barragem, mas devem ser controladas e monitoradas ao longo do tempo.
ATENÇÃO (NR-1)	Quando as anomalias encontradas não comprometem a segurança da barragem no curto prazo, mas devem ser controladas, monitoradas ou reparadas.
ALERTA (NR-2)	Quando as anomalias encontradas representam risco à segurança da barragem no curto prazo, devendo ser tomadas providências para a eliminação do problema.
EMERGÊNCIA (NR-3)	Quando as anomalias encontradas representem risco de ruptura iminente, devendo ser tomadas medidas para prevenção e redução dos danos materiais e humanos decorrentes do colapso da barragem.

4.3 - NOTIFICAÇÕES EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Diante de uma situação anômala da UHE Garibaldi, a comunicação do fato aos agentes envolvidos com a estrutura deverá ser realizada para os níveis de resposta **ALERTA (NR-2)** ou **EMERGÊNCIA (NR-3)**. A identificação de todos aqueles que poderão ser acionados nessas circunstâncias compõe a **ESTRUTURA ORGANIZACIONAL INTERNA e EXTERNA** deste Plano de Ação de Emergência.

As equipes formadas por profissionais da CTG Brasil compõem a **ESTRUTURA ORGANIZACIONAL INTERNA**. A **ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EXTERNA** é formada pelos órgãos e autoridades públicas, além dos representantes das comunidades a serem potencialmente atingidas.

O acionamento dos agentes externos deverá ser realizado frente à ocorrência de uma situação com NÍVEL DE RESPOSTA enquadrado como **ALERTA (NR-2)** ou **EMERGÊNCIA (NR-3)**, e pelo Coordenador do PAE uma vez que as ações demandadas deverão abranger a área situada a jusante, de modo a minimizar o impacto às populações, propriedades afetadas e meio ambiente.

Configuram os agentes externos a serem comunicados em razão da ativação de um processo de emergência na estrutura (NR-2 ou NR-3), devendo-se adotar a prioridade de comunicação estabelecida no fluxograma de notificação apresentado na sequência:

- Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) e Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC)[4];
- Órgãos que possuem atribuições para atuação em situações de emergência (Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Batalhão da Polícia Ambiental, entre outros);
- Prefeituras de Abdon Batista (SC), Cerro Negro (SC), Campos Novos (SC), Celso Ramos (SC) e Anita Garibaldi (SC);
- Usina a jusante: UHE Campos Novos;
- Usina a montante: UHE São Roque;
- Órgãos reguladores, órgãos ambientais e agências fiscalizadoras do setor de energia.

Quando for detectada uma situação com NÍVEL DE RESPOSTA enquadrado como **ALERTA (NR2)** ou **EMERGÊNCIA (NR-3)** a notificação dos agentes externos por parte da CTG Brasil deverá ser realizada **IMEDIATAMENTE** após a confirmação da ocorrência, pelo Coordenador do PAE ou responsável designado pelo mesmo.

Cabe ao poder público, nos três diferentes níveis (municipal, estadual e federal), a responsabilidade de desenvolver ações e atividades de defesa civil, em situação de normalidade e anormalidade.

O acionamento dos órgãos reguladores e fiscalizadores para atuação frente a um processo de emergência na barragem deverá ser oficializada via Declaração de Início da Emergência.

4.4 - ZONA DE AUTOSSALVAMENTO E SISTEMA DE NOTIFICAÇÃO E ALERTA

A Zona de Autossalvamento pode ser definida como a região do vale a jusante da barragem em que se considera que os avisos de alerta à população são de responsabilidade do Empreendedor, por não haver tempo suficiente para uma intervenção das autoridades competentes, devendo-se adotar, no mínimo, a **menor** das seguintes distâncias para a sua delimitação: a distância que corresponda a um tempo de chegada da onda de inundação igual a trinta minutos ou 10 km (ANA, 2017)[5].

Dessa forma, **a ZAS da barragem da UHE Garibaldi** ficou definida como a região coberta pela envoltória máxima de inundação localizada nos primeiros **5 km** do talvegue do rio Canoas, a jusante da UHE Garibaldi.

Ressalta-se que a delimitação da ZAS deverá ser pactuada pelo Empreendedor em conjunto com os organismos de defesa civil.

O Empreendedor é o responsável por **ALERTAR** a população potencialmente afetada na Zona de Autossalvamento, o que consiste em informá-las/avisá-las sobre a necessidade de saída daquela área. Uma vez alertada, a população da ZAS deverá autoevacuar-se, utilizando-se as rotas de evacuação para se dirigir aos pontos de segurança estabelecidos neste Plano de Ação de Emergência (a serem validados pela Defesa Civil).

Nas demais áreas adjacentes, as ações serão desempenhadas e coordenadas pelo organismo de Defesa Civil que, se necessário, poderá realizar o acionamento de órgãos públicos complementares, a partir da comunicação da situação de **ALERTA (NR-2)** ou **EMERGÊNCIA (NR-3)**.

4.5 - CARACTERIZAÇÃO DO VALE A JUSANTE

Dentre as principais informações estratégicas, para a tomada de decisão em momentos de crise, está o tempo de chegada da frente da onda de ruptura da UHE Garibaldi. A Figura 6 ilustra e identifica o tempo de chegada da frente da onda de ruptura hipotética da barragem, para cada seção de interesse do vale a jusante da UHE Garibaldi.

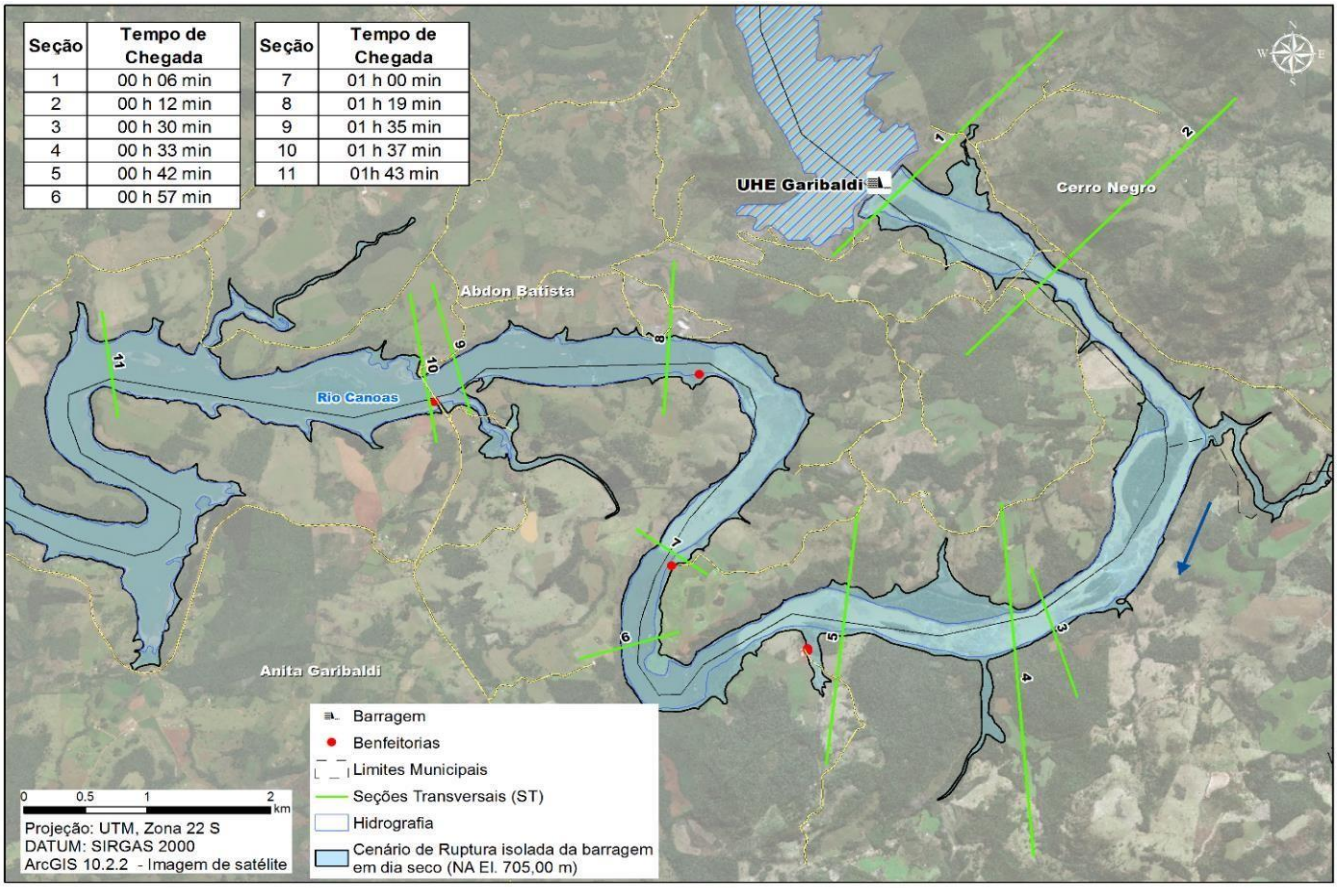


Figura 6. Tempo de chegada da onda nas seções de interesse do vale a jusante da UHE Garibaldi.

5. - OPERAÇÃO: O CONCEITO APLICADO EM SITUAÇÕES ADVERSAS.

A resposta a ocorrências de enxurrada e deslizamento no município de Cerro Negro será desenvolvida nas diferentes fases do desastre: No pré-desastre, ~~e~~ no desastre propriamente dito e na desmobilização.

Na fase do pré-desastre, o monitoramento será feito por meio do acompanhamento de boletins meteorológicos emitidos pela Gerência de Monitoramento e Alerta da Secretaria de Estado da Defesa Civil.

Sempre que uma situação caracterizada como alerta for identificada, esta notificação será repassada ao Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil a quem caberá a responsabilidade de avaliar a emissão de um alerta ou acionamento do plano por meios disponíveis conforme definido neste PLAMCON.

O alerta será determinado após prévia reunião do Conselho e demais autoridades, e quando necessário, será realizado e atualizado por meio de mensagens via celular, ligação telefônica via celular, e-mail, para outros órgãos de resposta e via rádio AM e contato pessoal para as comunidades afetadas.

O Plano Municipal de Contingência deverá ser ativado por decisão conjunta do Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil, juntamente com Prefeito Municipal e Conselho técnico, quando necessário será atualizado e enviado via sistema de Postagem com protocolo da Prefeitura Municipal para outros órgãos de resposta e contato pessoal com as comunidades afetadas.

Na fase do desastre, os primeiros recursos serão mobilizados logo após o impacto pelo Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil diretamente ao responsável pelo órgão designado.

A solicitação de recursos de outros municípios e do nível estadual ou federal será feita por meio do Prefeito Municipal através de expedientes apropriados.

A estrutura de operações de resposta será organizada de acordo com a matriz das funções de suporte a desastres, estabelecendo ações para.

Socorro: salvamento, atendimento pré-hospitalar, evacuação, transporte.

Assistência às vítimas: abrigos, doações, assistência médica, atendimento ambulatorial e hospitalar, etc.

Reabilitação de cenários: desobstrução das vias, reestabelecimento da energia elétrica, fornecimento de água potável, etc.

O suporte às operações de **resposta** será realizado primeiramente pelos próprios órgãos envolvidos, passando a ser realizado de forma integrada nas questões relativas e utilizando recursos próprios da Prefeitura Municipal.

Os procedimentos administrativos e legais decorrentes da situação de anormalidade serão de responsabilidade da Secretaria da Administração que contará com o apoio da Procuradoria Geral da Prefeitura Municipal.

A coordenação da resposta na fase do desastre será realizada pelo Coordenador da Defesa Civil juntamente com o Conselho técnico e demais autoridades.

A desmobilização será feita de forma organizada e planejada, priorizando os recursos externos e mais impactados nas primeiras operações.

A desmobilização deverá ordenar a transição da reabilitação de cenários para a reconstrução sem que haja solução de continuidade no acesso da população aos serviços essenciais básicos.

A coordenação da resposta na fase do desastre será realizada pelo Coordenador da Defesa Civil juntamente com o Conselho técnico e demais autoridades.

5.1 - CRITÉRIOS E AUTORIDADE

5.1 - Ativação

Critérios

O Plano Municipal de Contingência será ativado sempre que forem constatadas as condições e pressupostos que caracterizam um dos cenários de risco previstos, seja pela evolução das informações monitoradas, pela ocorrência do evento ou pela dimensão do impacto, em especial:

Quando a precipitação monitorada pelo Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – CENAD atingir o protocolo nível de alerta Muito Alto.

Quando o movimento de massa for detectado por agente de Defesa Civil em vistoria realizada nas áreas mapeadas, ou quando identificado por morador dessas áreas.

Autoridade

O plano poderá ser ativado pelas seguintes autoridades:

- **Prefeito de Cerro Negro – Ademilson Conrado**
- **Vice-Prefeito de Cerro Negro – Adelar José de Morais**
- **Coordenador Municipal de Defesa Civil – Raélisson Oliveira Santos**

5.2 - PROCEDIMENTO

Após a decisão formal de ativar o Plano Municipal de Contingência as seguintes medidas serão desencadeadas:

O Coordenador juntamente com o Conselho ativará o plano de chamada, o posto de comando e a compilação das informações.

Os órgãos mobilizados ativarão os protocolos internos definidos de acordo com o nível da ativação (atenção, alerta, alarme, resposta).

6. - DESMOBILIZAÇÃO

6.1 - Critérios

O Plano Municipal de Contingência será desmobilizado sempre que forem constatadas as condições e pressupostos que descaracterizam um dos cenários de risco previstos, seja pela evolução das informações monitoradas, pela não confirmação da ocorrência do evento ou pela dimensão do impacto, em especial:

Quando o movimento de massa não for detectado por agente da Defesa Civil.
Quando a ocorrência de enxurrada, enchente ou deslizamento de massa não tenham a dimensão de impacto alto, após análise de agente da Defesa Civil.

Autoridade

O Plano Municipal de Contingência poderá ser desmobilizado pelas seguintes autoridades:

- **Prefeito de Cerro Negro – Ademilson Conrado**
- **Vice-Prefeito de Cerro Negro – Adelar José de Morais**
- **Coordenador Municipal de Defesa Civil – Raélisson Oliveira Santos**

6.2 - PROCEDIMENTO

Após a decisão formal de desmobilizar o Plano de Contingência as seguintes medidas serão desencadeadas:

Os órgãos mobilizados ativarão os protocolos internos definidos de acordo com o nível da desmobilização (total ou retorno a uma situação anterior).

A Central de Emergência será desativada e as solicitações deverão ser contabilizadas e repassadas a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

O Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil desmobilizará o plano de chamada, o posto de comando e a compilação das informações.

7. - ETAPAS

7.1 - PRÉ- IMPACTO

Deve ser construída a ideia de atuação durante o **MONITORAMENTO, ALERTA, ACIONAMENTO E MOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS** humanos e materiais disponíveis.

Monitoramento

O monitoramento ocorrerá:

Pela verificação do acumulado das chuvas, nos períodos de 1 hora, 24 horas, 48 horas e 72 horas, pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, sempre que ocorrer ou houver previsão de chuva intensa no município.

Pelo acompanhamento das previsões meteorológicas, divulgadas pelos órgãos oficiais, as quais remetam a situação de risco, o acompanhamento será realizado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, devendo estar atenta para os alertas e informações divulgadas pelo Sistema Nacional de Defesa Civil.

Alerta

O alerta consiste na comunicação da previsão ou ocorrência de desastre, aos representantes dos órgãos e instituições que integram o Conselho Técnico de Proteção e Defesa Civil, O assessor de comunicação deverá ser mobilizado para organizar o plano de comunicações para atender ao desastre, através de comunicação direta, telefônica ou e-mail, utilizando-se da estrutura da Prefeitura Municipal.

Acionamento dos Recursos

As situações previstas no monitoramento e no alerta, permitem aos gestores dos desastres mobilizarem antecipadamente os recursos operacionais e as equipes técnicas necessárias para a resposta no menor tempo possível.

Mobilização e Deslocamento dos Recursos

A mobilização adicional de recursos durante as fases seguintes será feita por meio do Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil, por meio de solicitação direta, via contato telefônico, e-mail ou contato pessoal.

7.2 - AÇÕES INICIAIS PÓS-DESASTRE

Nesta etapa são considerados os principais aspectos do planejamento para as primeiras ações que devem ser executadas após o desastre, ou seja, como os órgãos deverão proceder a partir da efetivação dos danos e como vão realizar a preparação para a primeira resposta, Tão logo tenha sido deliberado junto ao Conselho, no Gabinete do Prefeito as ações de Socorro se iniciam com o diagnóstico preliminar das consequências provocadas pelo desastre e com a avaliação dos riscos para os órgãos que trabalharão na resposta, As ações de socorro compreendem busca e salvamento, primeiros socorros e atendimento pré-hospitalar, atendimento médico e cirúrgico de urgência, e evacuação. Em seguida, ocorrem as ações de assistência por meio das quais se proporciona a assistência humanitária e o resgate da dignidade humana.

Identificação dos Riscos

Os cenários de risco do Município de Cerro Negro-SC, já estão devidamente mapeados e divididos em 4 (Quatro) Setores.

Dimensionamento do Evento e da Necessidade de Recursos

Essas informações podem ser visualizadas diretamente pelo Comando ou chegarem por meio de relatos de vítimas, testemunhas, integrantes das equipes de respostas etc. Nesse momento é possível planejar e traçar ações com foco em objetivos.

Consolidação do Primeiro Relatório

A primeira informação acerca do desastre deverá ser por meio previamente definido e para o Coordenador Regional de Proteção e Defesa Civil.

7.3 - RESPOSTA AO DESASTRE

Assistência às Vítimas

• Cadastro

O cadastro das vítimas consiste no recolhimento de informações sócias econômicas das vítimas de desastre e de informações necessárias à assistência das mesmas, adotando-se sempre o núcleo familiar como referência de cadastro. O Cadastro será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, que contará com o apoio da Secretaria de Educação Cultura e Turismo e das demais secretarias municipais. O cadastro é realizado através do preenchimento de formulário específico, a esse fim, disponibilizado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil,

• Recebimento, organização e distribuição de doações.

O recebimento, organização e distribuição de doações é competência da Secretaria Municipal de Assistência Social com apoio da Secretaria de Educação Cultura e Turismo e orientação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil. Os locais de recebimento das doações realizadas pela população serão definidos pela Secretaria Municipal de Ação Social e amplamente divulgado na mídia local.

7.4 - REABILITAÇÕES DE CENÁRIOS

• Recuperação da infraestrutura

A recuperação da infraestrutura será realizada pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos, sendo que a elaboração de projetos destinados à recuperação e reabilitação de cenários, deve seguir as orientações da SEDEC, que dispõe de modelos para solicitações de recursos.

Para isso, é preciso efetuar a reparação provisória das moradias e edifícios, o restabelecimento das vias de circulação, dos meios de comunicação e dos serviços de utilidade pública como: energia, água potável e saneamento.

• Restabelecimento dos serviços essenciais

Serviços essenciais são aqueles que envolvem a assistência médica, o abastecimento de água potável, o esgotamento de águas pluviais, o sistema de limpeza urbana o recolhimento e destinação do lixo, a geração e distribuição de energia elétrica, as telecomunicações, os transportes locais, regionais e de longo curso, a distribuição de combustíveis, especialmente os de uso doméstico, a segurança pública, e o sistema de ensino. A reabilitação dos cenários após o desastre deverá priorizar o restabelecimento dos serviços essenciais. As instituições e órgãos envolvidos na prestação dos serviços essenciais, que necessitarem de recursos para seu restabelecimento, deverão informar a descrição dos recursos e as quantidades necessárias, a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa, que deverá encaminhar solicitação a Secretaria Nacional de Defesa Civil, conforme orientações e procedimento legais estabelecidos, com objetivo de requerer a disponibilização dos recursos, através do "Cartão de Pagamento da Defesa Civil", já disponível no município, que tem finalidade exclusiva a esse fim.

7.5 – DESMOBILIZAÇÃO

Nesta etapa foram definidos os parâmetros para a conclusão das atividades, os responsáveis e a análise da necessidade de ações de auxílio a médio e longo prazo.

A desmobilização será feita de forma organizada e planejada, devendo a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil ordenar o retorno das famílias às suas residências.

8. - ATRIBUIÇÕES

8.1 - ATRIBUIÇÕES GERAIS

São responsabilidades gerais dos envolvidos no Plano Municipal de Contingência:

- Manter um plano de chamada atualizado do pessoal de sua organização ou departamento com responsabilidade pela implementação do plano;

- Desenvolver e manter atualizados os procedimentos operacionais padronizados necessários para a realização das tarefas atribuídas à sua organização ou departamento na implementação do plano;

- Preparar e implementar os convênios e termos de cooperação necessários para a participação de sua agência na implementação do plano;

- Identificar e suprir as necessidades de comunicação para a realização das tarefas atribuídas à sua organização ou departamento na implementação do plano;

- Identificar fontes de equipamento e recursos adicionais para a realização das tarefas atribuídas à sua organização ou departamento na implementação do plano;

- Prover meios para a garantia da continuidade das operações de sua organização ou departamento, incluindo o revezamento dos responsáveis por posições chave;

- Identificar e prover medidas de segurança para as pessoas designadas para a realização das tarefas atribuídas à sua organização ou departamento na implementação do plano.

9. - A COORDENAÇÃO, O COMANDO, O CONTROLE E OS DOCUMENTOS PERTINENTES.

9.1 - MODELO

A coordenação das operações previstas no Plano Municipal de Contingência – PLAMCON, do Município de Cerro Negro- SC, utilizará o modelo estabelecido pelo SCO (Sistema de Comando em Operações).

9.2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE RESPOSTA

Para a adoção do PLAMCON será adotada a seguinte estrutura organizacional: Comando, Assessoria de Comando, Seção de Planejamento, Seção de Operações, Seção de Logística, Seção de Administração e Finanças.

9.3 - COMANDO

O Comando será unificado, com representantes dos seguintes órgãos e instituições:

Prefeito do Município
Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil
Recepcionista
Polícia Civil
Policia Militar
Secretaria Municipal de Assistência Social
Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos
Secretaria de Educação Cultura e Turismo
Secretaria de Saúde
Secretaria de Administração
Assessora de Comunicação e Imprensa
Rádio Sul FM
Engenheiro
Secretaria de Finanças
Bombeiro Voluntario
Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental e Meio Ambiente
Secretaria Municipal de Agricultura
IML
CASAN
CELESC

9.4 - ASSESSORIAS DO COMANDO

A assessoria do comando será integrada, com representantes dos seguintes órgãos:

- Coordenador de Ligações**: Recepcionista**
- Coordenador de Segurança: **Policia Militar**
- Coordenador de Informações ao Público: **Assessora de Comunicação e Radio Sul**

- Coordenador da Secretaria:

9.5 - SEÇÕES PRINCIPAIS

As seções principais serão integradas, com representantes dos seguintes órgãos:

- Coordenador de planejamento**: COMPDEC, Secretaria de Administração.**
- Coordenador de operações: **COMPDEC, Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos, Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental e Meio Ambiente e Secretaria de Agricultura.**
- Coordenador de logística: **Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria de Saúde.**
- Coordenador de Finanças: **Secretário de Finanças**

9.6 - SEÇÕES DE PLANEJAMENTO

A estrutura de planejamento será integrada, com representantes dos seguintes órgãos:

- Coordenador da unidade de situação**: Secretaria de Administração**
- Coordenador da unidade de recursos**: Secretaria de Administração**
- Coordenador da unidade de documentação**: Secretaria de Administração**
- Coordenador da unidade de especialistas**:**

9.7 - SEÇÕES DE OPERAÇÕES

A estrutura da seção de operações será integrada, com representantes dos seguintes órgãos:

- Encarregado da área de espera:
  - Coordenador de operações aéreas**:**
  - Coordenador da subseção de socorro**: Bombeiro Voluntário**
  - Coordenador da subseção de assistência**: Secretaria Municipal de Assistência Social**

- Coordenador da subseção de reabilitação: **Secretaria Municipal de Assistência Social**

Coordenador da subseção de decretação: **Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil**

9.8 - SEÇÕES DE LOGÍSTICA

A estrutura da seção de logística será integrada, com representantes dos seguintes órgãos:

- Coordenador da subseção de suporte: **COMPDEC, Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos.**
- Coordenador da unidade de suprimentos**: Secretaria Municipal de Assistência Social**
- Coordenador da unidade de instalações**: Secretaria Municipal de Assistência Social**
- Coordenador da unidade de apoio operacional**: Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos, Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental e Meio Ambiente.**
    - Coordenador da subseção de serviços**: Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos, Secretaria de Educação Cultura e Turismo.**
    - Coordenador da unidade de alimentação: **Secretaria Municipal de Assistência Social**
    - Coordenador da unidade de médica: **Secretaria de Saúde**
    - Coordenador da unidade de comunicação: **Assessora de Imprensa, Rádio Sul**

9.9 - SEÇÕES DE FINANÇAS

A estrutura da seção de finanças será integrada, com representantes dos seguintes órgãos:

- Coordenador da unidade de emprego de recursos: **Secretaria de Administração**
- Coordenador da unidade de compras e contratações**: Secretaria de Finanças**
- Coordenador da unidade de custos**: Secretaria de Finanças**
- Coordenador da unidade de indenizações**: Engenheiro, COMPDEC.**

10. PROTOCOLO DE COORDENAÇÃO

Ao ser acionado o SCO, imediatamente cabe ao comando:

- Avaliar a situação preliminarmente e implementar as ações voltadas para segurança da operação e obtenção de informações, levando em consideração os procedimentos padronizados e planos existentes;
- Instalar formalmente o SCO (Sistema de Comando em operações) e assumir formalmente a sua coordenação (via rádio, telefone, e-mail ou pessoalmente com as equipes envolvidas).
- Estabelecer um Posto de Coordenação e comunicar aos recursos e superiores envolvidos sobre sua localização.
- Estabelecer uma área de espera e designar um encarregado, comunicando aos recursos a caminho sobre o local.
- Verificar a aplicação do Plano de Contingência, implementando ações e levando em consideração:
    - Cenário identificado.
    - Prioridades a serem preservadas.
    - Metas a serem alcançadas.
    - Recursos a serem utilizados (quem, o quê, onde quando, como e com que recursos).
    - Organograma modular, flexível, porém claro.

    - Canais de comunicação.
    - Período Operacional (Horário de Início e Término).
- Solicitar ou dispensar recursos adicionais conforme a necessidade identificada no Plano.
- Verificar a necessidade de implementar instalações e definir áreas de trabalho.
- Verificar a necessidade de implementar funções do SCO para melhorar o gerenciamento.
- Iniciar o controle da operação no posto de comando, registrando as informações que chegam e saem do comando.
- Considerar a transferência do comando ou instalação do comando unificado, se necessário.
- Realizar uma avaliação da situação, verificando se as ações realizadas e em curso serão suficientes para lidar com a situação e, se necessário, iniciar a fase seguinte, elaborando um novo Plano de Ação antes do fim do período operacional que estabeleceu.